

recursos humanos

A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA NA VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS*

*Vítor Rodrigues Pessoa ***

A informação estatística na valorização dos recursos humanos é um tema de manifesto interesse, não apenas no plano meramente técnico como também numa perspectiva política, podendo esta situar-se tanto na vertente interna como no contexto internacional e regional em que Macau se insere.

No plano interno, devido às progressivas transformações que vêm afectando o padrão de desenvolvimento de Macau e às suas conseqüentes implicações no tecido produtivo e nos recursos humanos.

No plano externo, recorde-se ser Macau actualmente membro associado da ESCAP — Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico, das Nações Unidas, onde tem tido uma participação regular, ainda que selectiva, em função do tipo de problemas com que o Território se defronta.

No contexto da mesma Comissão, foi adoptado o denominado «Plano de Acção para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos na Região da Ásia-Pacífico», cujos princípios têm, de algum modo, enformado as actuações do Governo de Macau neste domínio.

Com efeito, o desenvolvimento e a valorização dos recursos humanos deve entender-se como um processo contínuo e interactivo que abrange diversas componentes interdependentes. Aquele Plano identifica três: o investimento em recursos humanos com vista a melhorar as capacidades produtivas; a efectiva utilização destes recursos no acréscimo da produção; e a participação da população no usufruto dos benefícios daqui resultantes, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida.

Valorizar os recursos humanos não pode limitar-se à visão restrita da provisão de empregos com remunerações adequadas, pese embora

* Texto base de uma comunicação apresentada no seminário sobre «O papel da informação estatística na valorização dos recursos humanos» que se realizou em 22 de Novembro de 1995, em Macau.

** Secretário-Adjunto para a Economia e Finanças do Governo de Macau.

estes factores serem essenciais à garantia do rendimento, pessoal e familiar, compatível com as exigências do bem estar social.

Há que, em termos de políticas, enfatizar a ligação dinâmica entre o factor humano e os seus efeitos no desenvolvimento, ou seja, a capacidade de utilização dos recursos na prossecução do crescimento económico e do progresso social.

São assim essenciais os investimentos dirigidos ao capital humano, quer aqueles mais directamente orientados para a produção, como as melhorias das qualificações profissionais e das capacidades de iniciativa e de gestão, quer os de mais longo alcance social, como a educação, a saúde e a habitação.

A efectiva utilização dos recursos humanos passa pela eficiência dos mercados de trabalho e pela formação profissional, que permitam a compatibilização necessária entre a procura e a oferta de emprego, sobretudo em períodos de ajustamento do tecido produtivo, quando são maiores as exigências de reconversão de mão-de-obra e o desenvolvimento de qualificações consideradas críticas.

Salientaria ainda que o desenvolvimento e a valorização dos recursos humanos implica equidade e justiça no usufruto dos bens e serviços. No caso dos chamados serviços sociais existe, porém, uma responsabilização primária dos poderes públicos no sentido de assegurarem um acesso tão generalizado quanto possível, mediante processos redistributivos.

Com efeito, o desenvolvimento deve ser entendido pelos poderes públicos como um processo de alargamento de oportunidades, não só ao nível do emprego, como de acesso a novos padrões de consumo que traduzam uma efectiva melhoria de qualidade de vida.

Para uma pequena economia como a de Macau, que se caracteriza por um elevado grau de abertura ao exterior, há que ter em conta as implicações da envolvente internacional no desenvolvimento dos recursos humanos. Efectivamente, dadas as tendências a nível mundial para a globalização dos mercados e a interdependência e a especialização das economias, não mais é possível equacionar as políticas de recursos humanos desligadas deste contexto económico geral.

Atravessamos um período em que o crescimento do comércio internacional, de bens e serviços, se processa a ritmo claramente superior ao acréscimo do PIB mundial, asserção também válida à escala de grandes regiões económicas. Para citar apenas o exemplo da Região da Ásia Oriental, incluindo o Sudeste Asiático, e do Pacífico, salientaria que o respectivo comércio intra-regional representa já hoje uma quota parte superior à das correspondentes trocas no interior do Mercado Único Europeu.

Vários países de maior sucesso no Este e Sudeste Asiáticos, região em que Macau se insere, adoptaram claramente padrões de industrialização e de crescimento económico orientados para as exportações, deixando progressivamente de lado modelos de economia autárquica, por vezes associados à substituição de importações.

Aqueles processos têm sido acompanhados por tendências de realocização de indústrias, bem como novas formas de organização da produção baseadas na subcontratação, que têm subjacentes a grande disponibilidade de mão-de-obra e os baixos níveis salariais nos países de acolhimento.

Assim, a busca de competitividade nos mercados internacionais exerce uma pressão sobre os recursos humanos das economias emergentes, com claras incidências nos respectivos mercados de emprego. Os baixos salários e os incipientes sistemas de segurança social, com claros desequilíbrios em relação aos dos países industrializados, transformaram-se em factor de competitividade. Daí que grande parte destes últimos países venha tentando introduzir na agenda da Organização Mundial do Comércio a questão dos «labour standards».

Não se pense, contudo, que o sucesso das economias do Este e Sudeste Asiáticos têm apenas por base os aspectos enunciados. A qualidade dos recursos humanos existentes, a par de razoável capacidade de organização, tem permitido saltos qualitativos para outros tipos de indústrias, tecnologicamente mais exigentes e de maior valor acrescentado.

A médio prazo, os elevados ritmos de crescimento em muitas das economias desta região traduzem-se na criação de novas oportunidades e novos desafios no domínio dos recursos humanos, em termos de maiores qualificações, acréscimos de produtividade e melhores remunerações, bem como potenciam mais elevados padrões de qualidade de vida e um acesso mais vasto aos bens sociais.

Macau tem algo a ver com estas tendências. Desde cedo a sua indústria foi orientada para a exportação, tendo também beneficiado dos efeitos de realocização, a nível mundial e regional, nomeadamente a partir de Hong Kong, onde o nível de salários era — e continua ainda a ser — superior.

Porém, com a política de abertura e de reformas adoptada pela RPC (República Popular da China), o efeito foi oposto a partir da década de 80, tendo parte da actividade industrial sido deslocada para zonas vizinhas, mais abundantes em mão-de-obra e de baixos salários.

O próprio desenvolvimento global de Macau trouxe consigo aumentos salariais progressivos que conduziram ao esgotamento do modelo anterior. A terciarização da economia e o potencial crescimento de actividades de maior valor acrescentado, exigindo uma maior qualificação do emprego, estão assim na ordem do dia.

Seria interessante salientar que, a curto e médio prazo, se pode assistir a um movimento oposto às tendências verificadas no que se refere à principal indústria do Território: a dos têxteis e vestuário, que hoje representa cerca de 3/4 do total das exportações de mercadorias. Com efeito, a partir do próximo ano, os EUA aplicarão novas regras de origem, exigindo que grande parte do processo produtivo tenha lugar nos países de exportação. Para Macau, tal poderá significar o retorno de fases do processo produtivo que têm vindo a ser desenvolvidas na RPC.

Aliás, no primeiro semestre de 1995, pela primeira vez em anos

recentes, ocorreu uma inversão da tendência decrescente do emprego naquela actividade industrial, o qual registou um incremento de quase 5 por cento. Assim, as exigências da realização de maior valor acrescentado em Macau poderão apontar para uma melhoria na situação do emprego, a curto prazo, neste sector.

Já o mesmo sentido poderá não ocorrer no sector da construção, profundamente afectado pela crise do imobiliário, cujos efeitos depressivos se têm repercutido negativamente na taxa de desemprego e mesmo no contexto geral da economia. Prevê-se, com efeito, que o sector da construção civil e obras públicas sofra, no corrente ano, um declínio de 8 por cento.

A evolução global do mercado de emprego em Macau, no primeiro semestre de 1995, não foi favorável, tendo a taxa de desemprego vindo a aumentar de 2,2 por cento no último trimestre do ano passado para 3,7 no 3.º trimestre do ano corrente. Tem-se registado uma taxa de actividade crescente, ao passo que a economia não tem evidenciado, recentemente, capacidade de criação de um grande número de novos empregos. Se, por um lado, tal facto indicia aumentos de produtividade condizentes com um diferente padrão de desenvolvimento, por outro, tem tido implicações negativas ao nível do desemprego.

Há que ter ainda em conta que a gestão global dos recursos humanos disponíveis em Macau depende também das decisões da Administração. Isto refere-se ao recurso à mão-de-obra não residente, que se encontra de momento suspenso, não se afigurando estarem reunidas por ora condições para alteração das medidas adoptadas em Julho do corrente ano.

Salienta-se ainda que o mercado de emprego em Macau, porventura devido à sua reduzida dimensão e pouca diversificação, apresenta uma estratificação difícil de superar no curto prazo. Para obviar a esta situação o Governo tem afectado recursos crescentes para implementar esquemas de formação profissional, que facilitem a mobilidade inter-sectorial e de que são exemplos a criação do Centro de Formação Profissional da DSTE (Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego), do Instituto de Formação Turística e do Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia — este em fase de instalação, com a colaboração do sector privado.

Finalmente, será de salientar a provisão, por parte da Administração, de serviços sociais, especialmente nos domínios da educação e da saúde. Apesar do *produto per capita* do Território ter já ultrapassado os 16 000 dólares dos EUA, continuam a verificar-se assimetrias no rendimento disponível, como o demonstra o último inquérito às receitas e despesas das famílias, a exigirem que a Administração exerça, neste domínio, uma função redistributiva conducente à elevação dos níveis de bem estar.

Assim, à medida que foram ficando concluídos os grandes projectos de infra-estruturas — culminando com o Aeroporto Internacional de Macau — recursos orçamentais adicionais têm sido aplicados nos

sectores sociais, numa clara alteração de prioridades de desenvolvimento. É elucidativo, por exemplo, mencionar que nos últimos três anos o orçamento global do sector da Educação tem crescido a um ritmo médio anual próximo dos 25 por cento.

